



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

ATA DA 30ª REUNIÃO DA COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO DA CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE, CONSTITUÍDA COM BASE NA APROVAÇÃO DO REQUERIMENTO Nº 136/17, PARA INVESTIGAR E APURAR AS DENÚNCIAS QUE RECAEM SOBRE A EMPRESA PBH ATIVOS S/A, NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 18ª LEGISLATURA.

Às 13h25min do dia 30/10/17, no Plenário Helvécio Arantes, sob a presidência do vereador Gilson Reis e com a presença dos vereadores Mateus Simões, Nely e Pedro Patrus, reuniu-se a Comissão Parlamentar de Inquérito - CPI - constituída com base na aprovação do Requerimento nº 136/17, de autoria dos vereadores Wellington Magalhães, Arnaldo Godoy, Áurea Carolina, Autair Gomes, Bim da Ambulância, Carlos Henrique, Cida Falabella, Edmar Branco, Elvis Côrtes, Gabriel, Gilson Reis, Juliano Lopes, Léo Burguês de Castro, Mateus Simões, Pedrão do Depósito, Pedro Bueno, Pedro Patrus e Reinaldo Gomes. Havendo quórum, o presidente declarou abertos os trabalhos. DA ORDEM DOS TRABALHOS, constou: I - Aprovação de atas: não tendo recebido impugnação das atas da 24ª, da 26ª, da 27ª e da 28ª reuniões, realizadas em 25/9 e 9, 16 e 23/10/17, respectivamente, o presidente comunicou sua aprovação, nos termos regimentais. O presidente inverteu a ordem de apreciação dos itens constantes da pauta, que passou à seguinte: II - Discussão e votação: EM TURNO ÚNICO: Requerimento de Comissão nº 1.356/17 - "Envio de ofício ao Ministério Público do Estado de Minas Gerais para que cumpra, em um prazo de 24 (vinte e quatro) horas, o pedido de informação solicitado por esta Comissão em 1º de junho de 2017, conforme Requerimento nº 599/17, tendo em vista que até o presente momento não há nos autos qualquer justificativa para a sua inobservância. Ademais, os referidos documentos são importantes para o deslinde da investigação e o prazo de funcionamento da CPI expira em 13 de novembro de 2017". Autoria:



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

vereador Irlan Melo. Aprovado, por unanimidade. III - Outros assuntos: o presidente deu ciência à comissão das seguintes respostas a requerimentos e indicações da comissão: 1) Ofício em resposta ao Requerimento de Comissão nº 896/17, para “obter a relação dos beneficiários do Refis concedido pela Lei nº 10.752/2014 - indicando o fato gerador, o valor original do débito negociado, bem como os valores das sanções perdoadas, além do prazo de pagamento e a situação atual dos débitos”. Resposta: “Consultada, inicialmente, a PBH Ativos S/A, esta esclarece ‘não possuir competência relativa à implementação dos programas de refinanciamento de créditos instituídos pelo Município e não ter conhecimento das informações solicitadas pela CPI acerca do programa de refinanciamento de créditos disciplinado pela Lei nº 10.752/2014’. Por outro lado, a Secretaria Municipal de Fazenda encaminha as informações, em resposta ao Requerimento, em dois arquivos em mídia digital, que tiveram como base os dados fornecidos pela PRODABEL, extraído do Sistema de Administração Tributária e Urbana - SIATU, a saber: 1) o primeiro arquivo, que contém a relação de contribuintes com débitos inscritos em dívida ativa, que aderiram aos benefícios do programa; 2) o segundo arquivo, que contém a relação dos contribuintes com débitos do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN confessados ou denunciados espontaneamente, que aderiram aos benefícios do programa. Os arquivos encaminhados contêm: 1) contribuinte; 2) descrição do tributo ou débito, 3) exercício a que se refere o débito ou exercício de denúncia/confissão do ISSQN; 4) valor do débito no momento da adesão; 5) valor do desconto concedido pelo pagamento à vista; 6) valor do desconto concedido pelo pagamento depósito inicial de parcelamento; 7) valor do desconto previsto com o pagamento de todas as parcelas acordadas pelo contribuinte; 8) quantidade de parcelas; 9) situação atual do débito”. Remetente do ofício: consultor técnico especializado, do Gabinete do Prefeito, Caio Barros Cordeiro. 2) Ofício em resposta ao Requerimento de Comissão nº 1.117/17, para “Obter informações sobre: 1. Detalhar a composição do valor de R\$



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

531,5 milhões recebido pela PBH Ativos S.A. no período, separando respectivamente os valores recebidos em cada período (2014, 2015, 2016 e 1º semestre de 2017), referentes a cessão do fluxo de arrecadação de créditos; 2. Discriminar, para cada período (2014, 2015, 2016 e 1º semestre de 2017), a composição do valor de R\$ 531,5 milhões recebido pela PBH Ativos S.A., informando separadamente: a. A parcela referente ao fluxo de créditos cedidos (separando-se as quantias referentes a principal atualizado, multas, juros); b. A parcela referente às demais remunerações (correspondentes a 1% sobre o total dos créditos cujo fluxo foi cedido); 3. Do valor de R\$ 230 milhões recebido pela PBH Ativos S.A. por ocasião da venda das debêntures sênior ao BTG Pactual, discriminar as parcelas destinadas respectivamente à própria PBH Ativos S.A. (especificando-se a finalidade da aplicação dos recursos), ao Município de Belo Horizonte e às demais entidades envolvidas na operação; 4. Discriminar a composição do valor dos R\$ 462,1 milhões repassado pela PBH Ativos S.A. para o Município de BH, separando respectivamente os valores repassados em cada período (2014, 2015, 2016 e 1º semestre de 2017);...”. Resposta: “O Gabinete do Prefeito informa que a PBH Ativos já prestou os devidos esclarecimentos por meio do Ofício PBH Ativos/CMBH/N nº 189/2017”. Remetente do ofício: diretor técnico-legislativo em exercício do Gabinete do Prefeito, Caio Barros Cordeiro. Resposta: “A PBH Ativos encaminha documentação discriminando a composição de valores solicitados, incluindo as parcelas destinadas à própria PBH Ativos, ao Município de Belo Horizonte e às demais entidades envolvidas na operação”. Remetentes do ofício: diretor-presidente da PBH Ativos S/A, Pedro Meneguetti, e diretora executiva da PBH Ativos S/A, Soraya de Fátima Mourthe M. Lage. 3) Ofício em resposta ao Requerimento de Comissão nº 1.141/17, para “obter informações sobre o procedimento licitatório ou a justificativa para a dispensa ou inexigibilidade da contratação da Sociedade de Advogados Manesco, Ramirez, Perez, Azevedo Marques que confeccionou o parecer jurídico da Parceria Público Privada do



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

processo licitatório de n. 01-102246-11-20, referente a Educação e confeccionou o parecer jurídico referente à criação da PBH Ativos S.A., uma vez que a Procuradoria do Município é o órgão competente para a análise e emissão de pareceres no âmbito jurídico do Município”.

Resposta: “O Gabinete do Prefeito encaminha resposta da Procuradoria Geral do Município esclarecendo sobre a contratação do escritório Manesco, Ramires, Perez, Azevedo, Marques Advocacia e sobre a possibilidade de inexigibilidade de licitação para contratação de escritório de advocacia”. Remetente do ofício: diretor técnico-legislativo em exercício do Gabinete do Prefeito, Caio Barros Cordeiro. Resposta: “A PBH Ativos informa que desconhece a forma de contratação do escritório Manesco, Ramirez, Perez, Azevedo, Marques pelo Município tendo em vista que precedem a criação da empresa (Lei nº 10.003, de 25 de novembro de 2010) e também a atuação da Companhia como auxiliar do Município em concessões (Decreto nº 15.534, de 10 de abril de 2014)”. Remetentes do ofício: diretor-presidente da PBH Ativos, Pedro Meneguetti, e diretora executiva da PBH Ativos S/A, Soraya de Fátima Mourthe M. Lage. Registre-se a presença do vereador Fernando Luiz. Outros documentos recebidos pela comissão: Documento Protocolo nº 003772/2017 - “Petição de Marcio Araujo de Lacerda, por meio de seu advogado José Sad Júnior, em que solicita cópia da decisão do Tribunal de Contas da União de 06/2017, mencionada no âmbito da reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito - PBH Ativos, realizada no dia 2/10/2017”. Autoria: José Sad Júnior - OAB/MG 65.791 - advogado de Marcio Araujo de Lacerda. Discutiram a petição os vereadores Gilson Reis e Mateus Simões. A comissão deliberou, por unanimidade, solicitar ao advogado José Sad Júnior cópia do instrumento de procuração do ex-prefeito Marcio Araujo de Lacerda em que autoriza sua representação perante esta comissão, para que seja juntada aos autos do processo. Foi, então, aprovado, por unanimidade, EM TURNO ÚNICO, o Requerimento de Comissão nº 1.363/17 - “Envio de ofício ao advogado José Sad Júnior para solicitar cópia do instrumento de



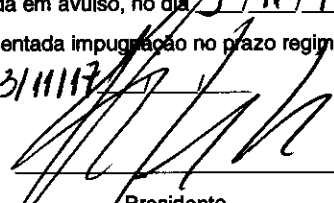
CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

procuração de Marcio Araujo de Lacerda, em que autoriza sua representação perante esta Comissão para que seja juntada aos autos do processo”. Autoria: vereador Gilson Reis. Com a palavra, o presidente informou ter sido convidado pela Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal para participar de uma audiência pública, a realizar-se em 7/11/17, em que se discutirá a financeirização da economia no setor público. Convidou os demais membros da comissão para participarem dessa audiência, de forma a apresentarem informações sobre as operações financeiras da PBH Ativos S/A em Belo Horizonte e os resultados da investigação promovida pela comissão. Disse entender que esse convite representa o reconhecimento do trabalho desta CPI e da CMBH, além de favorecer a discussão e a transparência sobre o tema. Destacou, também, a tramitação, no Senado, do Projeto de Lei nº 204/16, de autoria do senador José Serra, que propõe a regularização da emissão de títulos de crédito lastreados em dívidas tributárias nos três níveis federativos. O presidente anunciou, ainda, que o Ministério Público de Contas do Estado de Minas Gerais havia protocolado uma representação no Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais com pedido de medida cautelar, contra o ex-prefeito Marcio Araujo de Lacerda, contra o Município de Belo Horizonte e contra a PBH Ativos S/A, em que aponta supostas ilegalidades na atuação da empresa. Propôs, então, convidar o procurador, do Ministério Público de Contas de Minas Gerais, Marcílio Barenco, para apresentar, durante oitiva, nesta comissão, os detalhes da representação. Às 13h46min, a reunião foi suspensa por 10 minutos. Reaberta a reunião, às 13h53min, registrou-se a saída da vereadora Nely, do plenário. 2. Foi, então, apreciado EM TURNO ÚNICO, o Requerimento de Comissão nº 1.362/17 - “Convite para reunião da Comissão ao procurador do Ministério Público de Contas de Minas Gerais, Marcílio Barenco Corrêa de Mello, para prestar esclarecimentos sobre a Representação com pedido de Medida Cautelar nº 1.024.572, instaurado no âmbito do Ministério Público de Contas”. Autoria: vereador Gilson Reis. Discutiram o requerimento os



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

vereadores Mateus Simões e Gilson Reis. Aprovado, por unanimidade. O presidente declarou encerrados os trabalhos às 14 horas. Para constar, lavrou-se esta ata, que será assinada pelo presidente da reunião em que for comunicada sua aprovação, conforme previsão regimental, ou pelo presidente desta reunião.

<p align="center">ATA APROVADA</p> <p align="center">(art. 71- §§ 1º e 2º - Regimento Interno)</p> <p>distribuída em avulso, no dia <u>9</u> / <u>11</u> / <u>17</u>, não foi apresentada impugnação no prazo regimental.</p> <p><u>13/11/17</u></p> <p align="right"> _____ Presidente</p>
--